

Manifesto do Fórum em defesa da cidade: por uma cidade democrática, inclusiva, plural e acolhedora

Os primeiros meses da gestão do prefeito João Doria mostram claramente de que lado esse governo está. A gestão iniciou um processo de desmonte dos serviços públicos, propondo a privatização do patrimônio da cidade e retirando direitos dos mais pobres, o que deixa claro o viés autoritário, antissocial e higienista deste governo.

O prefeito Doria apoia o governo ilegítimo de Temer e defende as reformas da previdência e trabalhista, que prejudicam os trabalhadores.

O episódio da Cracolândia, onde deixou claro o autoritarismo de Doria ao cancelar o programa Braços Abertos sem colocar uma outra política pública para atender os usuários. A medida do prefeito, juntamente com a polícia do governo Alckmin, espalhou medo e destruição por toda região, numa repressão sem precedentes, transformando aquela área em uma praça de guerra. Outro equívoco nesse episódio foi a tentativa de internação forçada, repelida por profissionais da saúde, direitos humanos, assistência social e rejeitada pela justiça.

O governo Doria implementa na cidade a política privatista e de cortes de direitos em setores essenciais, como: saúde, educação, cultura entre outras. Sua política é reduzir o papel do estado e vender o patrimônio público. Viajou para outros países com o objetivo de "vender a cidade", oferecendo parques, equipamentos públicos como o Autódromo de Interlagos, Sambódromo e até o Serviço Funerário, entre outros. Essa prática de redução do estado aumenta o desemprego na cidade de São Paulo.

O tão falado gestor, vendido na campanha eleitoral, rapidamente deu lugar ao político carreirista, que usa a prefeitura como mero trampolim para outros voos eleitorais, como já ocorreu com outro prefeito tucano. Para isso procura, usando uma milionária máquina de marketing nas redes sociais, projetar a imagem daquele que, sem meias palavras, prega o receituário neoliberal.

O mesmo prefeito, que aumenta a velocidade nas marginais, paralisa obras importantes, como a ponte da Raimundo Pereira de Magalhaes em Pirituba.

Na saúde, paralisada as obras dos hospitais de Brasilândia e Parelheiros, vai cortar 7% das verbas para repasses e já está fechando Unidade Básica de Saúde (UBS Milton Santos, em São Judas) e AMAs (Parque Paulistano, Ipanema, Anhanguera, entre outras) e postos do SAMU. Enquanto isso, transfere recursos públicos para a iniciativa privada no "Corujão da Saúde" que não resolveu os exames mais complexos, além de criar uma nova fila de retorno.

Na educação, parou as obras de construção de CEUs e CEIs, tirou o leite de quase 700 mil crianças, reduziu o Transporte escolar e até maio ainda não havia terminado de distribuir os uniformes e material escolar.

Na cultura, congelou R\$ 247 milhões (47% do orçamento da secretaria), cancelou editais e programas consagrados. Desvirtuou a Virada Cultural, resultando em baixo público e uma descentralização sem planejamento prévio. Essa política levou uma reação dos ativistas culturais que já realizaram atos e ocupação da secretaria.

Na moradia, paralisou obras e congelou verbas, sem destinar áreas ou recursos para a construção de novas moradias populares. Inclusive para os afetados na desastrosa ação na Cracolândia.

As políticas públicas para as mulheres, negros, LGBT e juventude foram desmontadas com a extinção dessas secretarias, e agora com o fechamento de vários equipamentos e serviços.

O perfil privatista “dono da cidade” e autoritário do prefeito fica evidente ao destruir a maior galeria de arte ao céu aberto da América Latina, pintando de cinza muros grafitados; retirar algumas ciclovias; reduzir drasticamente o programa Ruas Abertas, principalmente na periferia; impedir manifestações públicas, como no 1º de Maio e chamar sindicalistas de “vagabundos”.

Nós, moradores da cidade, trabalhadores, militantes dos movimentos popular e sindical, ativistas culturais, jovens, ciclistas, ambulantes, grafiteiros e partidos políticos, lançamos nesse ato o Fórum em Defesa da Cidade para resistir e lutar contra o desmonte de políticas públicas e a entrega do patrimônio municipal ao setor privado.

São Paulo, dia 31 de maio de 2017